

## FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SEGUNDA FEIRA 3 DE JANEIRO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANSA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORNOZA CAZA N. 2.

## EXTERIOR.

O SR. GUIZOT E O MARCHEAL SOULT.  
POLITICA DA FRANÇA.

Londres, 28 de setembro de 1847.

—A nomeação do Sr. Guizot para o primeiro emprego politico do seu paiz é um successo que quasi podia passar desapercibido. Desde que ha sete annos se organisou ministerio, exerce elle o poder e attrahe sobre si a censura ou os elogios de vidos ao primeiro ministro, e mal se pôde supôr que o titulo de presidente do conselho augmente a importancia dos seus trabalhos politicos ou dê maior duração ao seu poder. Quizeramos na verdade que se podesse presumir que o gabinete a que o Sr. Guizot vai presidir sustentará somente os principios, terá em vista somente os fins que outr'ora constituirão a fé politica deste homem de estado e ennobrecerão a sua reputação politica; mas o gabinete de 29 de outubro de 1840 conservou a sua identidade de pessoas somente para tornar mais conspicua e deploravel a transformação da sua politica. Seria difficil achar um contraste maior nas fileiras da opposição do que esse que existe entre o Sr. Guizot, ministro dos negocios estrangeiros, quando se organisou o gabinete, e o Sr. Guizot, primeiro ministro de França, ao dar o marechal Soult a sua demissão. O primeiro mereceu a confiança e apoio do povo inglez, tanto ou mais do que nenhum estadista estrangeiro tem merecido. Adoptámos o principio que elle proprio apresentára como base da sua administração nas relações externas da França, isto é, que a união e accordo dos governos do França e Inglaterra nas grandes questões politicas da nossa época era uma combinação eminentemente favoravel á causa da paz e ao bem-estar de todas as nações, e sustentámos, como elle sustentára, que o peor inimigo desses nobres objectos seria aquelle que quizesse sacrificá-las a alguma vantagem parcial ou á satisfação de vencer em alguma luta de interesses pequenos. Sempre que se manifestaram symptomas desse espirito de desunião, como aconteceu ás vezes por parte daquelles que fazião opposição ao governo inglez de então, foram logo abafados pela exprobrção universal do povo deste paiz. Foi só quando o Sr. Guizot deliberada e systematicamente, diremos mesmo insidiosamente, rompeu a boa intelligencia que era outr'ora a divisã do seu governo e fultou a uma promessa confirmada pelos protestos de uma amizade régia, que nós desistimos da parte que tínhamos nas relações intimas dos dous Estados. Ninguém negará que o talento que tem desenvolvido o Sr. Guizot,

tanto na tribuna como do conselho, e a posição que adquirio entre os seus adherentes e collegas lhe dá direito indisputavel ao primeiro lugar neste gabinete. Bem desejaramos poder accrescentar que entra para esse elevado cargo com um caracter livre de suspeitas, e que o espirito da sua politica actual está a par da dignidade da sua posição. Mas o serviço de alguns principes robaixa aquelles que parece elevar, e ao mesmo tempo que lhes dá novos signaes de honra externa, rouba-lhes a gloria da sua vida.

Talvez que a parte mais notavel desta mudança, que tão pouco influe na posição do Sr. Guizot ou na politica da França seja o encerramento da carreira do seu illustre antecessor, o marechal Soult, após 63 annos de serviços prestados ao seu paiz. Seria inopportuno em nós apresentar preeminentemente as qualidades que distinguirão o ex primeiro ministro de França em todas as vicissitudes da sua extraordinaria carreira, ou os defeitos que algumas vezes manchárão a sua fama. Mas, pondo de parte a analyse do seu caracter, vemos no veterano o ultimo ou quasi o ultimo sobrevivente de um seculo de gigantes, o homem que até o ultimo instante representou o seu papel nas lutas e nos negocios de um periodo de prodigios. A grandeza de uma vida como essa não se acha em suas virtudes assignaladas ou em seu talento consummado, mas sim em certo poder de acção e de soffrimento que parece exceder as faculdades ordinarias do homem, e na corajosa dedicacão dessas faculdades ao serviço da nação. Entre nós serão lembradas as feições do vigoroso veterano enquanto houver recordação do espectáculo brilhante que inaugurou o reinado da rainha Victoria, porque o povo inglez nunca mostrou desejo tão ardente de honrar um hospede como quando se lembrão que era o marechal Soult o unico homem vivo que merecia partilhar o respeito que tributamos ao nosso marechal Wellington. Os respectivos governos do França e de Inglaterra, em que esses grandes homens estavam conspicuamente collocados como guardas temiveis da paz, achão-se hoje molificados ou dissolvidos. Mas, assim como esses illustres capitães, na sua mocidade, disputarão até á ultima a palma da victoria nos campos de batalha da Hespanha, assim tambem nada pôdia convir mais á sua vellice do que a união politica e pacifica dos gabinetes que protegião com os seus nomes e instruião com a sua experiencia.

Qualquer que fosse a influencia real do marechal Soult nas deliberações do gabinete francez, é certo que continuava a representar, aos olhos da nação e do exercito, as idéas do periodo em que ser-

viu ao seu paiz. Era soldado o ministro, não da casa de Bourbon, mas sim da França; e posto que as suas noções de governo fassam formadas na escola absoluta de um senhor severo, estavam inteiramente imbuidas desses principios, que são muito mais caros ao povo francez do que o machinismo da liberdade constitucional. E pois a rota em que parece ter entrado o seu successor, não a teria elle facilmente seguido. Depois de ter dedicado os seus serviços a um governo nascido de uma revolução popular e estabelecido na expulsão dos herdeiros legitimos da corõa de França, um soldado do imperio não teria ousado protestar em todas as suas acções contra a origem revolucionaria do poder a quem servia, nem fazer ceder todas as considerações á do engrandecimento de outro ramo da familia Bourbon.

Ha um anno apenas que os casamentos hespanhões vierão patentear ao mundo as vistas da corte franceza sobre as suas relações domesticas com as côrtes de Hespanha e Napoles. Até esse periodo tinha obrado essa politica mais clandestinamente e com mais timidez; mas, a datar desse dia, sacrificou-se tudo abertamente ao restabelecimento disso a que se chama politica tradicional da França, ou, para fallar mais correctamente, aos projectos tradicionais dos principes francezes. Ver-se-ha, se nos não enganamos, que esta grande modificação da politica até então seguida pelo gabinete de 29 de outubro deixará traças importantes na historia do nosso tempo e nos annaes do reinado de Luiz-Philippe. Esta mudança coincide com a retirada do marechal Soult da parte activa que representava nos negocios do seu paiz. Não supponhamos que, fossem quaes fossem as circumstancias, podesse o marechal fazer baquear a ambição d'el-rei; mas o que é certo é que o Sr. Guizot foi o unico ministro que teve parte nessas transacções que trouxerão os negocios da Europa ao seu actual estado perplexo.

Mais que nunca, pois, está o gabinete francez identificado com o seu grande orador, e a acrimonia da opposição augmentará talvez, com a convicção de que é contida pela força superior de um só homem. Por sem dõvida que o Sr. Guizot conseguiu elevar o poder da corõa e a seu, como ministro, a muito maior altura e permanencia do que tinha chegado em França desde a época da grande revolução, e mesmo por muitos annos antes de occorrer esse successo. Combinou a politica externa da França do tempo de Luiz XV com a influencia parlamentar de um ministro de Jorge II; e todos os actos do actual governo francez nã trazem irresistivelmente á memo-

ria os incidentes do seculo passado, tanto em Inglaterra como nos paizes estrangeiros. Esta comparação é fatal á reputação do reinado de Luiz Philippe. Principiou com uma imitação dos grandes dias da revolução, e termina copiando as maneiras da regencia e da politica do pacto de familia; mas a influencia notavel que exerce el-rei faz que o ministro, destinado a restabelecer as tradições da antiga monarchia, seja o homem cuja affeição aos principios constitucionaes da Inglaterra mais poderosamente contribua para a expulsão do ramo mais velho dos Bourbons, e cujo zelo pela alliança ingleza era ainda ha pouco a base da sua administração!

(Times.)

## FRANÇA.

### PROGRAMMA DAS REFORMAS DO SR. DE LA MARTINE.

—A soberania exercida pelo povo; os direitos eleitoraes concedidos a todos os cidadãos; assembléas primarias que nomeiem eleitores para um exercicio temporario; eleitores que nomeiem representantes por um periodo limitado; representantes que não fiquem entregues á mercê da corrupção dos ministros, mas sim pagos pelo povo, afim de remover todo o pretexto para o seu servilismo; funcionarios no seu posto, e não nas camaras, onde representam dous papeis incompativeis um com o outro, isto é, o de censores e o de censurados; nenhuma outra lei é necessaria para os excluir, basta esta; uma assembléa nacional; ministros nomeados por escripto secreto pela maioria da camara; a dynastia sem outro privilegio aléu do throno; o rei inviolavel; os principes, simples cidadãos; a verdadeira liberdade de culto pela separação da igreja do estado; a liberdade de associação, e retribuição voluntaria, como unico argumento da consciencia humana; liberdade absoluta de instrucção, com excepção daquella, vigilância sobre a moral que o estado nunca deve abandonar; liberdade da imprensa, pela revogação das leis de setembro; segurança do assento na assembléa nacional garantida por uma lei prudente contra todo o abuso que se possa fazer das fortificações de Paris; um exercito permanente, e um exercito de reserva; uma lei justa e equitativa que distribua com igualdade o recrutamento; paz, conservando porém a França a sua dignidade na paz assim como a conservou na guerra; ser a França em todo o universo a aliada natural e declarada da liberdade de idéas e da liberdade das nações; abolição da escravatura em toda a parte onde tremula a bandeira franceza; organização de escolas gratuitas para o povo em grande escala; progresso da navegação livre; fraternidade social em principios e instrucções; diminuição dos preços dos alimentos pela redução dos impostos com que são sobrecarregados; uma taxa em beneficio dos pobres de cada parochia, sem embargo das calamias com que certos economistas politicos procuram desacreditar essa instituição; a adopção dos expostos pelo estado; a extinção da mendicidade, asylas para os enfermos, e officinas publicas em que se dê trabalho aos sãos; caridade social promulgada em numerosas leis que soccorram to-

das as necessidades, todos os soffrimentos e todas as misérias que opprimão o povo; uma somma determinada distribuida annualmente com liberalidade do estado; um novo cargo de ministro da benevolencia publica; um ministro da subsistencia publica, etc. Siga o governo esta linha de acção, e nós o acompanharemos francamente, sem indagar se tem corôa, tiara ou chapéo.

## INTERIOR.

### RIO DE JANEIRO.

—A galera americana *Courier* trouxe-nos folhas de New-York até 25 de outubro.

Uma carta de Washington com data de 22 de outubro, transcrita no *Herald* de 25, diz o seguinte sobre as relações entre o Brazil e os Estados-Unidos:

“O Sr. Leal, encarregado de negocios interiores do Brazil, recebeu de seu governo instrucções de natureza tal que promettem o ajuste satisfactorio de todas as difficuldades pendentes entre o Brazil e os Estados-Unidos. O Sr. Leal já teve, depois da recepção dessas instrucções, uma ou duas entrevistas com o secretario de estado, e ha toda a probabilidade de que sobre as recentes e desgraçadas desintelligencias, devidas á deshonrosa conducta dos conselheiros do imperador, dará o seu actual representante junto a este governo explicações taes que terão o mais feliz resultado.”

O Sr. Wise, ex-ministro dos Estados-Unidos nesta corte, tinha chegado a Norfolk.

A questão dos direitos sobre o café importado nos Estados-Unidos em navios brasileiros achase decidida favoravelmente para a nossa navegação.

Já dissemos, referindo-nos ao *Herald* de New-York, que pelo ministerio da fazenda se tinha expedido ordem a todos os inspectores de alfândegas para cobrem o direito de 20 por cento sobre o café importado em bandeira brasileira. Na occasião em que foi expedida essa ordem, havia uma embarcação brasileira em Boston e outra em Philadelphia, e a respeito de ambas foi posta em execução essa medida. Posteriormente, porém, foi ella derogada pela seguinte circular:

“Repartição do thesouro,” 11 de outubro de 1847.

“Sendo informado pela secretaria de estado de que depois da cessação do tratado de 12 de dezembro de 1828, entre os Estados-Unidos e o Brazil, que expirou em 12 de dezembro de 1841, tem procedido o governo do Brazil a respeito do nosso commercio e navegação da mesma maneira porque teria procedido se aquelle tratado estivesse ainda em vigor, julgo-se conveniente que, por enquanto, procedesse o governo dos Estados-Unidos de igual maneira.

“Ordena-se vos consequentemente que admittais livre de direitos, segundo o disposto no anexo I da tarifa de 30 de julho de 1846, o café do Brazil, importado directamente daquelle paiz em embarcações pertencentes áquella nação, e que igualmente isentéis ditos navios e cargas de todo e qualquer direito differencial de importação ou tonelagem. R. J. WALKER.”

Da cidade do Mexico alcançã as

noticias a 28 de setembro. Os Americanos estavam de posse tranquilla daquella capital, que começava a ser abastecida regularmente pelo povo dos arredores.

O congresso mexicano estava reunido em Queretaro, 42 leguas distante da capital, e para ali marchavam também os restos do exercito em força de 3,000 homens commandados pelo general Herrera. Santa Anna demittio-se da presidencia, e organisou-se um governo provisório de que era chefe, segundo as disposições da constituição de Iguala, o presidente do supremo tribunal da justiça Pena y Pena.

Depois da tomada da capital, nenhum movimento tinham feito as forças americanas. Dos Estados-Unidos continuavam a chegar-lhes reforços, e affirmava-se que antes dos fins de novembro teria o general Scott um exercito de 30,000 homens. Qual será o resultado final desta invasão? O *Herald* responde pela maneira seguinte:

“O governo não deseja obter uma porção maior do territorio mexicano do que aquella que comprehendia o projecto do Sr. Buchanan, de que foi portador o Sr. Trist. Bastão nos as Californias e o Novo Mexico. Por ora não temos preciso de mais. Em balde porém fecharíamos os olhos ás consequências certas que resultarão da continuação da guerra por parte do Mexico. Ou nós o queiramos ou não, ou seja ou não do nosso interesse, será absolutamente impossivel deixar de occupar todo o paiz. E esse paiz, se o chegarmos a occupar em toda a sua extensão, nunca poderá recuperar a sua posição como nação independente. Os nossos concidadãos derramar-se-hão por todo o paiz, entrarão em transacções commerciaes, adquirirão parte das terras, e em vão procurariamos despossa-los da sua propriedade, ou obriga-los a submeterem-se ás leis do Mexico. Da continuação da luta resultará portanto a annexação de todo o paiz, e depois a occupação militar quer dizer absorção. Com as nossas tropas em todas as cidades e villas, terão os Mexicanos um governo como não tem tido ha 25 annos; julgar-se-hão tão seguros sob a sua protecção, que não querrão perill-lo. Ha de levar necessariamente algum tempo a inspirar-lhes essa confiança, mas hão de adquiri-la gradualmente e com certeza. São tão grandes os soffrimentos por que os tem feito passar os seus chefes militares, que não podem deixar de querer bem aos nossos.”

(*Jornal do Commercio*.)

### S. PEDRO DO SUL.

#### ARRECAÇÃO DAS RENDAS.

—A renda da provincia no anno financeiro, propriamente dito, de 1846 a 1847 foi de 566:932\$760 rs; comparada com a do exercicio anterior, que foi de 510:962\$027 rs, apresenta um excesso de 55:970\$760 rs, como se vê da demonstração annexa ao orçamento da receita, e é de crer que seja muito superior, quando definitivamente for conhecido o total da arrecadação dentro do anno e no seu tempo adicional.



## CASAS.

O Habeas-Corpus concedido pela Relação do Destacamento ao Sr. Dr. G. de T. O. Maciel da Costa.

(Continuação do numero 422.)

—E cabe aqui observar, que a disposição do parágrafo 4 do art. 17 da Lei de trez de Dezembro não he novidade na nossa Legislação. Antes dessa Lei era função identica exorcida pelos Juizes de Paz, cujas attribuições passando a diversas autoridades criadas pela mesma Lei, entendeu esta dever dar a attribuição mencionada somente aos Juizes Municipaes. O seu fim porem foi facilitar as partes a responsabilidade dos Juizes de Direito, nos crimes, e erros d'officio e não dar a estes um novo privilegio.

Se pela legislação anterior á Lei de Dezembro de mil oitocentos quarenta e um não tinham os Juizes de Direito o privilegio de foro nos crimes individuaes para somente pelas Relações poderem ser presos, e julgados; porem unicamente nos de responsabilidade; se nessa mesma Lei de trez de Dezembro se não encontra uma disposição expressa consagrando semelhante privilegio, sendo o parágrafo 4 do art. 17 invocando pelo respeitavel Accordo relativo aos crimes de responsabilidade, como pela analyse de suas referencias o demonstramos, e torna-se fora de duvida a vista do artigo 240 do Regulamento de trinta e um de Janeiro sobre essa mesma Lei, determinando, que a competencia de foro se regule pelo codigo de processo com as alterações declaradas nos arts. seguintes, entre as quaes se não encontra o privilegio de foro dos Juizes de Direito nos crimes individuaes, he evidente, que a decisão da Relação ampliando esse privilegio aos crimes individuaes he injusta, e exorbitante, para prender o Juiz de Direito, como indiciado em crime individual inafiançavel, qual o de tentativa de sedição.

As considerações feitas acrescentaremos, que o privilegio innovado pelo Accordo he não só contrario ao nosso Direito organico, e aos principios da sciencia, como a Constituição politica do Imperio. Sabemos, que os argumentos deduzidos da nossa Lei fundamental são na opinião de muita gente, (para quem os textos das Ordenações merecem mais veneração), objecto de mófo, e por ventura indícios de pouco conhecimento dos profundos arcanos da sublime sciencia do Direito dos Filippes de Castella; porem nós esperamos, que o principio da união do direito, e da igualdade, proclamada pela nossa constituição ha-de prevalecer, e dominar não grado as velhas, e absurdas ideas dos privilegios pessoais.

A Constituição determina no § 17 art. 179—“A excepção das causas, que por sua natureza pertencem a Juizes particulares, na conformidade das Leis, não haverá foro privilegiado, nem commissões especiaes nas causas civeis, ou crimes.” Proscrivendo a Constituição de uma maneira tão formal o privilegio de foro vejamos as excepções, que faz n'esse principio luminoso, as quaes não podem ser outras, que as declaradas na mesma Constituição, ou dellas deduzidas necessariamente pela natureza das causas. As unicas, que se achão, são o privilegio dado aos Deputados e Senadores, art. 27, e 28, aos Membros da Familia Imperial, aos Ministros do Estado, Conselheiros, art. 47 §§ 1, e 2, aos Ministros do Supremo Tribunal de justiça,

Membros das Releções, Empregados do Corpo Diplomático, e Presidentes das Provincias, art. 164 § 2. Em todos esses arts. a Constituição dando o privilegio de foro nos crimes individuaes o declara expressamente, menos a respeito dos privilegios do § 2 do art. 164, cuja redação pode offerecer alguma duvida; porem em nenhum desses artigos se achão comprehendidos os Juizes de Direito. Pelo contrario o art. 156, que trata de sua responsabilidade, como se vê da sua clarissima disposição diz—“Todos os Juizes de Direito, e Officiaes de Justiça são responsáveis pelas abuzos de poder, e prevaricações que commetterem nos exercicios de seus empregos; esta responsabilidade se fará efectiva por Lei regulamentar.” E' pois visto que a Constituição não deu aos Juizes de Direito o privilegio de foro nos crimes individuaes; e nem para tanto autorizou o Poder Legislativo por quanto as palavras—*esta responsabilidade será regulada por Lei regulamentar*—não pode abranger senão aquella responsabilidade, de que trata o art. 156, que de maneira alguma comprehende delictos individuaes, a menos que por uma nova fraseologia juridica não significassem crimes individuaes, e communs as palavras—*abuzos de poder, e prevaricações que commetterem no exercicio dos seus empregos*—Fôra preciso tambem sustentar, que os Officiaes de Justiça gozão do privilegio de foro em crimes individuaes a face da Constituição; porque a seu respeito a disposição é absolutamente a mesma.

Os nossos Legisladores não podiam estabelecer um privilegio contrario a Constituição; e de feito o não estatuirão nas Leis Regulamentares, que fizeram, como o Cod. de Processo, e Regul. das Releções, cujos arts. deixamos transcriptos. Se contra disposições tão claras, se podesse por interpretações ao menos plausiveis dezaforar os delinquentes em seu beneficio, ou prejuizo; então teriamos entronizado o arbitrio em lugar da Lei, e Justiça. E diremos com um Publicista, que não conhecemos inimigo mais perigoso para a liberdade, que o arbitrário envolvido nas formulas legais, o qual no seu trabalhar constante, e silencioso, mina, não só as instituições, como os costumes.

Não podemos deixar de notar a citação do art. 352 do Cod. de Processo preterindo-se por elle a observancia do rigoroso preceito do art. 343 do mesmo Cod. a falta de audiencia do Juiz, que ordenou a prisão; e finalmente o voto unico do Sr. Dezembargador Vellozo, para que se decretasse a prisão do Juiz Municipal Interino desta Cidade o Sr. Major Faustino Fernandes Lima.

Determinou o Tribunal fundado no art. 352, que o paciente fosse a sua presença por si só, e desacompanhado. Eis o que diz o art.—“Obedecendo o Detentor ou Carcereiro, ou vindo por qualquer mantira o paciente perante o Juiz, ou Tribunal, elle o examinará, e achando, que de facto está illegalmente detento, ou que seu crime é afiançavel o soltará, ou admitirá a fiança.”—Quando das palavras—*ou vindo por outra qualquer mantira o paciente perante o Juiz, ou Tribunal*—, se podesse deduzir o arbitrio da Relação de mandar ir o preso por si só, ou acompanhado; e não unicamente o facilitar o direito, ou obrigação, de dar Habeas-Corpus ao paciente na hypothese, de que por qual circumstancia podesse apresentar-se perante o Tribunal.

essa interpretação seria contradictoria com o preceito do art. 343, que diz—“A ordem de Habeas-Corpus deve ser escripta por um Escrivão, assignada pelo Juiz, ou Presidente do Tribunal, sem emolumento algum, e nella se deve explicitamente ordenar ao detentor ou Carcereiro, que dentro de certo tempo, e em certo lugar venha apresentar perante o Juiz, ou Tribunal o queixoso, e dar as suas razões do seu procedimento.” Esta disposição sendo imperativa, e absoluta sobre dever o Juiz, ou Tribunal, que o Detentor lhe apresente o paciente, não sabemos, como deita-la a banda por outra menos explicita; e tanto mais quanto o art. 39 do Regul. de 3 de Janeiro de 1833 manda, que as Relações o observem nas ordens de Habeas-Corpus, que expedirem. “Esta Ordem (cit. art. 39 do Regul. das Relações) será passada em conformidade do art. 343 do Cod. de Processo &c.”—Se a Relação, ou qualquer Tribunal, tivesse o direito de mandar ir desacompanhado a sua presença o preso, que lhe pedisse Habeas-Corpus, então ter-lhe-ia a Lei concedido a faculdade de ordenar immediatamente a soltura, o que certamente não permite; e o mesmo Accordo reconhece.

A violação de tantos, o tão claros artigos de Lei pode-se assinalar um fim qualquer; porem a do art. 355 do Cod. de Processo não podemos saber, que causa, e fim tivesse. “Sendo possível, (diz o art. citado), o Juiz ou Tribunal requisitará da Autoridade, que ordenou a prisão, todos os esclarecimentos, que provenha sua legalidade, por escrito, antes de resolver a soltura.” E' pois o Accordo concedendo Habeas-Corpus não exigiu do Juiz Municipal Interino esclarecimento algum, a respeito da legalidade da prisão do Juiz de Direito, como lhe cumpria em obediencia do art. transcripto, visto ser possível requisitar taes esclarecimentos no cazo vertente; por quanto determinando a Relação no dia 6 do corrente, que o paciente se lhe fosse apresentar no dia 18 de Dezembro vindouro sobre o tempo era esse para exigir, e obter do Juiz a quo os esclarecimentos acerca da prisão, como recommenda a Lei; o que porem não embargou, que a responsabilidade desse Juiz fosse logo decretada, e até fora acompanhada de prisão antes da culpa formada, se prevalesse o voto do Sr. Dezembargador Vellozo!

Os illustres collegas do Sr. Dezembargador Vellozo regeitando o parecer especial de S. S. reconhecerão a sua injustiça, entretanto consinta-se-nos transcrever o art. 345 do Cod. de Processo, a que se recorreo o voto especial. “Quando da petição, e dos documentos apresentados a a qualquer Juiz ou Tribunal se inferir contra alguma pessoa particular, ou publica prova tal de detenção, que justifique perante a Lei sua prisão, incluir-se-á na Ordem um Mandado de prisão neste sentido.” A vista deste art., e da decisão da Relação, (da qual não discordou o Sr. Dezembargador), de ser o pretensio crime do Juiz a quo a supposta illegalidade da prisão, que é crime afiançavel á vista do art. 181 do Cod. Criminal, e 101 do de Processo, como ordenar sua prisão antes da culpa formada? Pois a Lei justifica a prisão antes da culpa formada dos casos de crime inafiançavel flagrante delicto ou ser vagabundo o reo? Não por certo; por cons-

guinte a prisão do Jfz Municipal Interino de Caxias fora uma violencia indesculpavel.

Sabemos os inconvenientes, que podem resultar da doutrina de não terem os Juizes de Direito foro privilegiado nos crimes individuaes, ao que poderemos simplesmente responder—*dura lex sed scripta*—; porem taes inconvenientes são incomparavelmente menores, do que os da opinião contraria; e abstermo-nos de desenvolver-los para não alargar demasiadamente este artigo, e sobretudo não desviarmos-nos da verdadeira questão, que nos occupa.

Caxias 18 de Novembro de 1847.

F.....  
(Do Telegrapho.)

## A REVISTA.

Maranhão 1 de Janeiro.

—O entreter-se o escriptor publico com coisas de reconhecida utilidade, como o restabelecimento de nossa lavoura e o desenvolvimento de nossa industria em geral, é para o Sr. Candido Mendes o mesmo que vagar pelos intermundios de Epicuro. Mas em quanto isso fazemos, em que é que se occupa o nosso censor? Em intrigar, maldizar, caluniar e denegrir, que a tanto se reduz em sua opinião do nobre officio de escrever para o publico!

E não contente com o que estampa semanalmente no Observador, escreve cartas e correspondencias para a Sentinella da Monarchia em que lhe manda dizer quanto lhe vem á cabeça, ou occorre ao bico da penna, sem a menor attenção á veracidade dos factos. Por isso vemos essa folha em sua credula simplicidade propallar verdadeiras novellas sobre as cousas desta provincia, como seja o que se segue. “Um destes assignatarios (allude aos assignatarios de uma das proclamações que fez a camarilla na proximidade das eleições) o Sr. Dr. Maia, foi para logo victima do furor eleitoral do presidente, sendo preso na noite de 30 de outubro; e parece que contra os Srs. Dr. Barreto Junior e Antonio Paço se fulminaria igual raio.”

Em quanto a urna eleitoral não decidia a questão entre a liga e a camarilla, todas as calumnias assobalhadas por elle, e pelos seus collegas do Estandarte, tendião a desconceituar o complexo da administração e da liga, para desviar a opinião, illudindo a população e os electores; agora porem que a provincia emittio o seu juizo inteiramente desfavoravel á camarilla, tem essas calumnias tornado uma direcção meramente pessoal, para injuriar, senão desacreditar, quer os cidadãos que se achão revestidos da autoridade publica, quer os que mais preponderão no partido ligueiro. E' assim que a opposição vencida pretende vingarse da vergonhosa derrota que soffreu, cubrindo de dores e baldões aquelles que sobre ella obtiverão o triumpho!

Mas esta nova tactica tão desprestigiavel e sediciosa como a primeira ha-de vir a ter precisamente os mesmos resultados—o proprio descredito daquelles que della se valem e soccorrem.

Entretanto que a camarilla chafurda no lodagal das calumnias e injurias pes-

soaes, fazendo reviver os periodiquinhos insultuosos e immoraes, entendemos que as folhas ligeiras não devem desistir do proposito de chamar a attenção do partido vencedor para o desenvolvimento pratico do sem programma—o progresso material e moral—, de que pretendem desviar as para esse campo de immundices. Fique pois ao Observador e ao Estandarte a tristissima tarefa de adulterar os factos, e preverter a opinião, que lhes não temos inveja, mas pelo que toca ás folhas do nosso lado, essas cumprão com a sua missão civilisadora, exhortando-se para dar á politica um fim verdadeiramente social no futuro engrandecimento do paiz. E se isto é vagar pelos intermundios de Epicuro, como diz o Sr. Candido Mendes, vagueemos muito embora, com tanto que dahi provenha alguma utilidade aos nossos concidadãos, pois *nisi utile est quod facis, stulto est gloria*.

Ha um quarto de seculo que existimos como nação independente, e com tudo pouco ou nada temos adiantado no caminho da civilisação, como era de esperar dos recursos com que nos constituimos, e das luzes do seculo em que vivemos. A causa deste atraso está na má direcção dada até hoje a nossa politica. E para isso, força é dizel-o, não tem concorrido pouco a imprensa periodica, divagando em uma esfera muito inferior áquella em que nos collocamos por nossa posição social. Olha-se para as folhas do imperio, e o que é que se observa com raras e honrosas excepções? Observadores e Estandartes por toda a parte; isto é, personalidades odiosas, doestos, improprios, alteração constante da verdade dos factos, calumnias contra o complexo ou dos poderes ou dos partidos, calumnias contra os individuos de que uns e outros se compoem. A população afaz-se a este systema de difamação collectiva e individual, e adquire todos os máos habitos que são a sua consequencia; a moral corrompe-se com os costumes; o espirito publico perverte-se com a opinião. Assim é que a imprensa em vez de servir a acção civilisadora do paiz tem infelizmente concorrido para paralisa-la.

Mas o correctivo da imprensa não é outro senão a imprensa mesma. Constituem por tanto as folhas do nosso lado a doutrinar e exemplificar, imprimindo sobre quanto estiver sujeito á sua acção as indeleveis noções do justo e do honesto, chamando a attenção das forças sociaes para o desenvolvimento de nossa nascente, e ja decadente industria, e oppondo ao systema de maledicencia dos nossos contrarios—o systema da propagação das cousas uteis e idéas saãs, adoptado pela liga, que lhes ficamos que terão reformado, no que estiver de sua parte, a imprensa da provincia, e desempenhado mui digna e nobremente o excellente programma que tomaraõ por divisa.

Nas visinhanças do Mar-morto ou lago Asphaltite ha, dizem, certos fructos que parecendo agradaveis á vista, sô contem dentro cinza e fel—o Observador e o Estandarte, orgãos de uma facção enfeçada e incapaz de produzir cousa alguma util, sô, quanto a nós, uma perfeita imagem de taes fructos, porque podem illudir os incautos com palavras de engano, mas não deixão em resultado da sua missão de odio e de vingança, senão esterilidade, amargura e pesar.

—Esbraveja o Estandarte contra o governo actual, porque foi o chefe de policia tomar conta do processo intentado ao Sr. Jacintho Joze Gomes por tentativa de morte perpetrada na pessoa do subdelegado de Monção, Eduardo de Araujo Trindade, sem se lembrar de que no tempo do Sr. Angelo Moniz foi também o chefe de policia tomar conta do processo intentado aos Bellos pelo assassinato perpetrado na pessoa do juiz municipal e delegado do Rozario, o Dr. Joze Candido Gomes da Silva Belfort. No 2.º caso necessitava a medida a gravidade do delicto e o terror por elle espalhado no lugar em que foi commettido, no 1.º caso porem não só aquelles dois motivos, mas o ter o juiz de direito de Viana, o Dr. Joze Thomaz dos Santos e Almeida, irmão do indiciado, mettido em processo o juiz municipal e delegado da mesma villa, o Dr. Adolpho Ascenso da Costa Ferreira, que lhe estava organisando o processo, a fim sem duvida que seu irmão viesse a ter por juiz algum suppelente de sua parcialidade.

—O vapor Pernambuco, entrado ultimamente dos portos do Sul, trouxe-nos gazetas do Rio de Janeiro até 12 de dezembro, as quaes pouco contem de interessante.

—As eleições erão favoraveis ao governo na maior parte das provincias.

—O Sr. Ignacio Agostinho Jaufré, natural desta provincia, foi de guarda marinha promovido a 2.º tenente da armada.

—Por causa dos dias santos não sabio esta folha no dia marcado.

## AVISOS.

—Os Collectados que tem deixado de pagar no devido tempo os impostos de seus estabelecimentos, e os de taxa de escravos, e que deixarem de o fazer até o fim de Janeiro vindouro, vão ver publicadas seus nomes pelos prodicos desta cidade.

Rocbedoria de Rendas Internas do Maranhão em 29 de Dezembro de 1847.

O Escrivão,  
Francisco Antonio de Freitas Guimarães.

—Raimundo Aécio Salazar & Irmão (negociantes da Villa do Codó) fazem publico que do primeiro de Janeiro proximo em diante se assignarão unicamente com a firma de Salazar & Irmão.

## FOLHINHAS

DE

## PORTA E ALGIBEIRA,

PARA 1848.

Muito correctas, e nitidamente impressas em bom papel, vendem-se nesta Typ., Praya-grande na loja do Sr. João Joaquim Lopes de Souza, e no Armazem dos Srs. Balthazar Irmaos & Sobrinhos

Maranhão Typographia da—Temperança—Impressa por M. P. Ramos, rua Feneçora n. 2.—1848.